

**ESTRUTURA DAS FINANÇAS PÚBLICAS E A MIGRAÇÃO INTERNA DENTRE  
OS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES**

**Paulo Sérgio Almeida-Santos.**

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. Professor e Pesquisador na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso.

[psalmeidasantos@ufmt.br](mailto:psalmeidasantos@ufmt.br)

**Maria de Fátima da Silva Cavalcanti**

Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso.

[mariacavalcante@detran.mt.gov.br](mailto:mariacavalcante@detran.mt.gov.br)

**Andreia Carpes Dani**

Doutoranda em Administração e Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau.

[andreiacarpesdani@gmail.com](mailto:andreiacarpesdani@gmail.com)

**José Matias-Pereira**

Economista e advogado. Doutor em ciência política (área de governo e administração pública) pela Universidade Complutense de Madri, Espanha, e Pós-doutor em administração pela Universidade de São Paulo. Professor de administração pública e pesquisador associado do programa de pós-graduação em contabilidade na Universidade de Brasília.

[matias@unb.br](mailto:matias@unb.br)

**RESUMO:** Para estabelecer uma expansão e fomentar estudos na área de migração interna no Estado do Mato Grosso, esta pesquisa buscou identificar quais os fatores financeiros que estão correlacionados com a migração interna entre os municípios mato-grossenses no período de 2003 a 2012. Foram utilizadas as informações dos Censos Demográficos IBGE e FINBRA. A amostra da pesquisa abrangeu 111 dos 141 municípios existentes neste Estado, conforme levantamento do IBGE em 2010. Os resultados encontrados sugerem que a não influencia das variáveis X10-Gasto na área de Saneamento; X12- Gasto na área de Indústria; X14- Gasto na área de Cultura e Turismo; X15- Gasto na área de Comunicação; X16- Gasto na área Energia e X17- Gasto na área de Transporte com a variável Y- Migração Interna, deve estar associado ao fato de o Estado ser territorialmente extenso e com muitos municípios de baixo índice de desenvolvimento, podendo não abranger a realidade de investimentos, quando analisado a nível de média proporcional. Os resultados sugerem ainda que a migração interna não necessariamente resulta de uma ação espontânea, mas sim da influência de investimentos sócio econômicos.

**Palavras-chave:** Finanças Públicas. Migração Interna. Municípios Mato-grossenses. Desenvolvimento Regional.

**ABSTRACT:** To establish an expansion and support studies on internal migration area in the state of Mato Grosso, this research sought to identify which financial factors that are correlated with the internal migration between the Mato Grosso State from 2003 to 2012. The data were used Demographic Census of IBGE and FINBRA. The amount of sampling is approximately 111 of the 141 existing municipalities in the state of Mato Grosso, as IBGE survey in 2010. The results suggest that the influence of non-X10 Spent variables in the Sanitation area; X12- Spending in Industrial area; X14- expenditure in the area of Culture and Tourism; X15- Spent on communication area; X16- Spent on Energy and area X17- expenditure in the area of transport with the variable Y Internal Migration, must be linked to the fact that the state is territorially extensive, and many municipalities low index development and can not cover the reality of investments, when analyzed in terms of proportional average. Contributes to the show that internal migration does not necessarily result of a spontaneous action, but rather, the influence of socio economic investments.

**Key words:** Public Finance. Internal migration. Mato-grossenses municipalities. Region Development.

## **1. INTRODUÇÃO**

As causas que incentivam a migração interna tem sido um tema pouco questionado no Estado do Mato Grosso. Fato que possivelmente faz da migração interna um dos principais motivos para desaceleração no desenvolvimento populacional de alguns municípios, afetando consequentemente a situação sócio econômica das localidades que sofrem com o problema da desaceleração populacional.

Outro aspecto levantado de acordo com Klein, Massuquetti, e Spricigo (2012, p. 605) é que “o processo migratório no Brasil ocorre de forma contínua e faz parte da história do País. As migrações internas exercem um papel importante, interferindo de forma significativa nas transformações das estruturas econômicas e sociais”.

De acordo com Tavares (2001, p. 8), “o fenômeno migratório populacional através de uma perspectiva essencialmente urbana e local, observa que a migração gera uma gama enorme de fatores de desequilíbrio, provenientes, em sua grande maioria, das necessidades e interesses resultantes dessa nova situação”. Neste sentido, conforme explicam os autores, a migração deve ser analisada cuidadosamente, uma vez que esta pode gerar forte desequilíbrio como resultado de uma nova situação.

É importante destacar, que tais mudanças representaram transformações significativas, no desenvolvimento da economia e na estrutura socioeconômico das localidades. Evidências encontradas na literatura (SILVA, 2001) têm sugerido que muitos fatores como Receitas Próprias, Transferências Intergovenamentais, Gastos de Custeio, de Investimentos, Gastos na Área de Saúde, do Trabalho, de Educação, Agricultura, Cultura e Turismo, Comunicação, de Transporte, entre outros, podem influenciar diretamente no fluxo migratório. Quando o indivíduo está à procura de uma nova inserção, tudo leva a crer que o bem estar social está à frente de tudo.

A este despeito, Tavares (2001, p. 04) enfatiza que “para que se tenha uma política migratória séria e definitiva é fundamental que se tente buscar uma racionalização do processo de distribuição espacial da população”. Para tanto, torna-se necessário explicitar e articular “alternativas de ocupação territorial e expansão econômica, abrindo-se mão de processos paliativos, bem como objetivando reduzir o custo social e individual da migração ou reorientar seus fluxos, segundo as flutuações detectadas no mercado de trabalho”.

De acordo com Zamberlam (2004, p. 14) outros fatores também podem estar associados à migração, como “os conflitos armados, precárias condições econômicas, lutas

políticas, étnicas, sociais e religiosas, catástrofes naturais, desigualdade de classe e sonhos de realização pessoal”. Com efeito, todas estas situações representam relação com os deslocamentos humanos, ou seja, as migrações.

De maneira geral, conforme explica Silva (2001, p. 12), “o fenômeno migratório nasce do conflito gerado entre as aspirações pessoais ou coletivas não satisfeitas pelos padrões socioeconômicos, as quais passam por fases de frustrações, que vão sendo superadas à medida que os migrantes vão se inserindo em melhores condições de emprego e trabalho, bem como sócio-culturais, políticas e ambientais da sociedade”. Neste contexto, o estudo da migração é apresentado por diversos autores (SILVA, 2001; TAVARES, 2001; ZAMBERLAM, 2004; BRAGA; SANTOS, 2010) como uma variável de insigne importância, uma vez que a migração na melhor das hipóteses está relacionada diretamente ao desenvolvimento sócio econômico das localidades.

Diante do exposto, tendo em vista a relevância do tema e a escassez de estudos sob a configuração proposta nesta pesquisa, envolvendo os municípios do Estado do Mato Grosso, busca-se responder a seguinte questão problema: Quais os fatores financeiros estão correlacionados com a migração interna entre os municípios mato-grossenses no período de 2003 a 2012? O estudo objetiva identificar os fatores financeiros que estão correlacionados com a migração interna entre os municípios mato-grossenses no período de 2003 a 2012.

A pesquisa justifica-se pela possibilidade de se compreender a influência de determinadas variáveis financeiras no processo de migração interna entre os municípios do Estado pesquisado. Da mesma forma, fornece evidências que podem estimular a realização de novos estudos, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento sobre a temática. Adicionalmente, espera-se contribuir com a administração pública no sentido de fomentar o desenvolvimento de políticas públicas para o bom desempenho e manutenção do desenvolvimento populacional, com o menor número possível de agressão ao impacto social.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. MIGRAÇÃO INTERNA**

As teorias sobre migração na visão de Oliveira e Oliveira (2011, p. 14) foram produzidas sob forte influência do mundo industrial, com enfoque principal no desenvolvimento sócio econômico. Desse modo, tanto as migrações baseadas na teoria da modernização, quanto as que tiveram um enfoque na forma estruturalista, estavam

centralizadas nos grandes fluxos dos deslocamentos populacionais, como por exemplo, “as migrações urbanas e as migrações internacionais”.

O processo migratório compreende diversas tradições, ancoradas na história, de acordo com as teorias que compõem o quadro migratório juntamente com o as implicações em que diferenciam as transformações sociais e culturais.

De acordo com os dados levantados por Braga e Santos (2010, p. 6), existe uma modificação significativa referente aos “padrões migratórios nas últimas décadas”. Este processo, denominado de êxodo-rural, movimentou trabalhadores do campo em direção as cidades, ocupando o papel de protagonistas no processo de reestruturação econômica do País na segunda metade do século XX. Conforme explicam Braga e Santos (2010, p. 6), “o esvaziamento das áreas rurais foi progressivamente dando espaço para trocas populacionais entre áreas urbanas”.

Nesse aspecto, pode-se dizer que os deslocamentos populacionais compreendem uma interdependência do sistema econômico, influenciadas pela modernização mundial. De fato, as migrações com a principal influência da modernização, transferem um grande excedente populacional das áreas tradicionais da sociedade para as cidades grandes, onde predomina um arranjo social e cultural moderno, baseado nos padrões históricos da sociedade ocidental.

A despeito disso, Silva (2001, p. 08) relata que:

Os fluxos migratórios do campo para a cidade, no processo de ocupação, não se realizam de forma linear, mas avançam na direção interior/capital. Esse avanço se faz de forma desigual nos vários pontos da "frente", estimulada por fatores e razões que se tornam mais intensos em alguns pontos que em outros, deixando muitas vezes na retaguarda áreas sub-aproveitadas e sub-povoadas.

Nesta perspectiva, “o fenômeno migratório é social, assume a dimensão de classe social, que estaria respondendo aos processos sociais, econômicos e políticos ao migrar”. Para Singer (1980), “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011, p. 12)

Diante disso, vale salientar que as migrações refletirão as mutações em nossas sociedades. Como efeito, poder-se-ia pensar que as modificações nos modos de produção, por um lado, e nos padrões de acumulação do capital, por outro, poderiam engendrar as tais mutações que se refletiriam nos processos migratórios. Ao referir-se a tal assunto, são encontrados nos estudos elaborados por Todaro (1981, p. 329) e Nunes (2008, p. 21) que:

[...] para cada novo emprego criado, poderão deslocar-se para a cidade dois ou três migrantes que estavam ocupados produtivamente em áreas rurais. “Assim, se foram criados 100 novos empregos, poderá haver tanto como 300 novos migrantes e, portanto, outros 200 desempregados na cidade”. Isso deixa evidente que o uso de políticas públicas inadequadas no combate ao desemprego urbano, não só pode contribuir com as estatísticas do desemprego na cidade, como também reduzir os níveis de emprego no campo e influir nos números da produção agrícola.

A partir desta perspectiva, Nunes (2008) transcorre sobre a ideia de que existe uma evasão rural ocasionada pela migração do campo para a zona urbana. Esta condição é facilmente visualizada nos grandes centros, onde o tipo de vida apresentada tende a ser melhor, até mesmo pelas oportunidades de empregos ou ainda, pela facilidade de acesso a serviços essenciais como educação, saúde e segurança.

Portanto, torna-se imprescindível que sejam projetadas políticas públicas adequadas pelas localidades, que sejam capazes de contribuir decisivamente para o processo migratório, pois à medida que vão surgindo novas oportunidades de incentivo ao indivíduo, surge dessa forma o aprimoramento do desenvolvimento econômico e social, que por vez é uma condição indispensável ao bom desempenho do ser humano.

Ainda sobre esse aspecto, observa-se que as movimentações relacionadas ao fato de migrar de uma população humana, podem estar diretamente interligadas aos fatores políticos e, predominantemente, econômicos. Atualmente, com mais intensidade, mas pelas mesmas razões de antes, as migrações ocorrem, principalmente, pela busca de melhores salários e por melhores condições de vida. Com isso, é constatada uma ampliação dos fluxos de pessoas, que diariamente, dirigem-se de regiões menos favorecidas para as mais desenvolvidas.

De maneira geral, percebe-se que os fatores que incentivam a migração interna aparentemente não tem sido um tema questionado na região do Mato Grosso, o que estimula a realização de novos estudos, uma vez que a desaceleração no desenvolvimento populacional de determinado município ou região tendem a afetar também a situação sócio econômica da localidade.

## **2.2. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO ESTADO DE MATO GROSSO-MT.**

Em uma breve passagem pela história do Mato Grosso, são encontrados relatos importantes de serem destacados, como o exemplo da descoberta do território mato-grossense. Segundo Siqueira (2002, p. 1), “as primeiras incursões do mundo ocidental no território que é hoje conhecido como Mato Grosso, deu-se no período de 1525, quando o navegante Pedro Aleixo Garcia partiu em direção à Bolívia, seguindo as águas dos rios Paraná e Paraguai”.

O autor ainda segue na história, descrevendo a criação da capitania de Cuiabá, sede atual da capital do Mato Grosso.

Em 1748, foi criada a capitania de Cuiabá, concedendo a coroa portuguesa isenções e privilégios a quem ali quisesse se instalar. Foram feitas diversas expedições financiadas por Portugal. Essas expedições partiam de qualquer lugar do Brasil e não ultrapassavam o Tratado de Tordesilhas. Mais tarde, as chamadas bandeiras foram financiadas pelos paulistas. Somente eles foram ao oeste, ultrapassando a linha de Tordesilhas. (SIQUEIRA, 2002, p. 1).

Observa-se a partir do relato destes fatos históricos que foi somente a partir da ocupação realizada pelos portugueses que surgiu uma expansão migratória financiada nesta região do País, advinda de qualquer lugar do Brasil, desde que não ultrapassasse o tratado de Tordesilhas. Apenas mais tarde os paulistas, e somente eles, conseguem ultrapassar esta linha, migrando para outros locais nesta região.

Ao referir-se a tal assunto, Cunha (2006, p. 88) afirma que:

A região Centro-Oeste e, particularmente, o Mato Grosso possuem uma economia com caráter essencialmente agrícola e urbanização crescente, mas ainda com extensas áreas de matas e florestas. Estas características formam o retrato da sua diversidade demográfica e ambiental, que são capazes de explicar seu grande dinamismo econômico nos últimos anos.

Segundo dados do último levantamento do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizado no ano de 2010, consta que o Estado do Mato Grosso possui 903.357,908 km<sup>2</sup> de extensão territorial, fator que o transforma no terceiro maior Estado do País, ficando atrás somente dos Estados do Amazonas e do Pará.

Neste mesmo senso, o IBGE também destaca que o Estado de Mato Grosso é um Estado formado por uma mistura de índios, negros, espanhóis e portugueses. Diz ainda que a miscigenação ocorreu nos primeiros anos do período colonial e que essa gente miscigenada é que deu origem aos migrantes vindo de outras partes do País, chegando a destacar uma porcentagem de 41% dos moradores migrados de outros países.

Face a tais características e a ascensão econômica deste Estado, para a realização deste estudo entende-se que este constitui-se um contexto adequado para que se possa investigar quais os fatores financeiros estão correlacionados com a migração interna entre os municípios mato-grossenses.

### 2.3 IMPORTÂNCIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS PARA MINIMIZAR A MIGRAÇÃO INTERNA

“A migração interna não resulta de uma ação espontânea”. Tudo ocorre a partir de certo momento histórico onde a migração acontece em função da complexibilidade de cada elemento associado aos sistemas socioculturais e econômicos das sociedades de origem e destino, cuja condição leva as pessoas a tomarem as suas próprias decisões (SILVA, 2001, p. 12). Nunes (2008, p. 11) explica que “os indivíduos agem racionalmente e decidem migrar porque esperam obter um retorno líquido favorável, geralmente monetário, desse deslocamento”.

Em outras palavras, os potenciais migratórios são influenciados pela obtenção de um retorno líquido favorável ao indivíduo. Dentre os fatores mais visíveis para que a migração ocorra, Tavares (2001, p. 8) destaca os seguintes:

- a) Pressão sobre o mercado de trabalho com reflexo na estrutura de salários; b) exigências adicionais em matéria de fornecimento de serviços básicos e de atendimentos sociais, tendo em vista a sobrecarga detectada no consumo de água, esgoto, energia elétrica, transporte, habitação, assistência médica e escola; c) contribuição para o agravamento do desequilíbrio existente entre a produção e o consumo de produtos alimentares básicos; e, d) contribuição para o agravamento de desequilíbrios setoriais e regionais.

As migrações internas têm um papel importante na literatura econômica, principalmente no que se refere aos fatores que motivam as pessoas a se deslocarem de seu local de origem para outro desconhecido. Porém esses mesmos fatores são propícios ao desequilíbrio social. Para tanto, entende-se que os investimentos das finanças públicas intermediados pelas políticas sociais, são imprescindíveis para o acompanhamento e controle das migrações populacionais. É portanto perceptível que “os investimentos [...] começaram a render frutos no crescimento das cidades de porte médio e no desenvolvimento de novos eixos de expansão demográfica, sobretudo nas regiões Centro-Oeste e Norte” do Brasil (BRAGA; SANTOS, 2010, p. 3).

O governo tem por função prover os chamados bens públicos, cujos recursos para tal provêm da arrecadação de impostos. Os bens públicos compreendem todos aqueles bens que não podem ser providos pelo mecanismo de mercado, como justiça, segurança nacional, entre outros. Neste contexto, cada dia fica mais evidente a necessidade das decisões políticas administrativas serem discutidas diante das necessidades e das individualidades de cada localidade. Para todos os efeitos, é no município que acontece de fato a implantação das ações

que são determinantes para a sustentabilidade do Estado. Logo, torna-se necessário se observar as peculiaridades da localidade e região, para que se possa maximizar os benefícios públicos decorrentes dos investimentos realizados.

Uma vez que o Sistema Tributário Brasileiro traz consigo grande regressividade e persiste em controlar o País com bolsões de pobreza e iniquidade, percebe-se que as atenções de pesquisadores e formuladores de políticas públicas têm se focado cada vez mais na questão da eficiência do gasto público, objetivando assim a promoção de maior bem-estar para a sociedade. Sobretudo, espera-se alcançar tais resultados considerando as camadas mais necessitadas, com o menor custo possível (OLIVEIRA-FILHO, 2009, p. 7).

Ao referir-se a tal assunto, Oliveira-Filho (2009, p. 9) sustenta que:

Um enunciado da moderna teoria econômica do setor público diz que um resultado eficiente no sentido de Pareto para a provisão de bens públicos, conforme exposto em Samuelson (1954), não pode ser garantido se existirem externalidades entre regiões que possuem limites jurisdicionais fixos (RUBINFELD apud AUERBACH; FELDSTEIN, 1987, p. 625-626). Em outras palavras, similarmente ao que ocorre no mercado de bens privados, o bem público produzido localmente só será eficiente se seus benefícios e custos forem integralmente atribuídos aos residentes. Caso contrário, os transbordamentos (*spillovers*) afetarão habitantes de outras localidades que não participaram do referido processo decisório e de financiamento, o que causará a provisão excessiva ou a sub oferta dos bens em questão [...].

De acordo com estes autores, observa-se que os fatores relacionados a migração estão diretamente ligados ao mercado de trabalho, com reflexos na estrutura de salários, no equilíbrio dos fornecimentos de serviços e atendimentos básicos, a exemplo do consumo de água, energia elétrica, transporte, entre outros.

Diante do exposto, é oportuno destacar que a eficiência da distribuição dos benefícios precisa ser melhor avaliada, pois é nos municípios brasileiros que existe a necessidade da implementação de parcerias entre União, Estado e Município, para que se possa diminuir esta distância entre ambos. Assim sendo, torna-se relevante compreender a relação entre fatores financeiros e a migração interna, uma vez que, por meio destes, pode-se compreender determinados fatores que podem favorecer o desenvolvimento econômico, a geração de bem estar social e a migração.

### **3. MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

### 3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para estabelecer uma expansão e fomentar estudos na área de migração interna no Estado do Mato Grosso, correlacionados com os fatores que influenciam o processo migratório no período entre 2003 e 2012, foram utilizadas as informações disponíveis nos Censos Demográficos, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do banco de dados das finanças do Brasil (FINBRA). As informações censitárias permitem uma comparação comprobatória que eleva à compreensão dos dados pesquisados com a localização geográfica em estudo, possibilitando deste modo à construção de um rico painel de informações.

Todavia a metodologia adotada para coleta e tratamento dos dados, segue três modalidades de pesquisa. Em primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseada em conteúdo de livros, artigos, monografias, sites informativos e revistas. Segundo Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Esta pesquisa é importante e dá suporte a realização do trabalho, em que são apresentadas as definições relevantes sobre o tema e as evidências encontradas em estudos anteriores.

A pesquisa é realizada empregando o método descritivo. A partir das informações provenientes de dados censitários de fontes de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e Finanças do Brasil (FINBRA), além de outros sites confiáveis com informações empíricas sobre o tema estudado, foram levantados dados materiais que integram a pesquisa documental para utilização dos dados estatísticos do Estado de Mato Grosso.

Para fins de delimitação do período objeto de estudo, levou-se em consideração os fatores correlacionados à migração interna no Estado do Mato Grosso entre o período de 2003 e 2012, disponíveis no (FINBRA) Finanças do Brasil.

Assim, o foco deste trabalho é identificar os fatores que influenciam no processo de migração interna no Estado do Mato Grosso-MT e seus respectivos resultados neste período. Foi utilizado para complemento e obtenção dos dados a pesquisa quantitativa. Neste teor se fundamenta que “a pesquisa quantitativa é aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis” (ZANELLA, 2009, p. 77).

Com efeito, a forma quantitativa de análise dos dados fora a mais adequada, levando-se em consideração que o tema abordado possui aplicações diretas dos dados objetivos que

envolvem os fatores sócios econômicos da localidade em estudo.

### 3.2. POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM

O estudo proposto é realizado com municípios do Estado do Mato Grosso. O Estado do Mato Grosso consta com 3.035.122 habitantes, segundo o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, possuindo 141 municípios, os quais constituem-se na população objeto de estudo. Tendo em vista que não foram alcançados os dados de todos os municípios desta região, necessários a realização da pesquisa, a amostra objeto de estudo foi composta por 111 municípios.

### 3.3. VARIÁVEIS E COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados no banco de dados Finanças do Brasil (FINBRA), da Secretaria do Tesouro Nacional, e no (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Foram estabelecidas como variáveis do estudo as apresentadas no Quadro 1.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente promoveu-se uma análise estatística descritiva (Média, Desvio Padrão, Mediana, Mínimo e Máximo). A seguir, promoveu-se a análise das correlações das variáveis de hipóteses e justificativas correlacionadas com a migração dos municípios observados, onde Y representa a variável dependente (migração) e X representando as variáveis de hipóteses correlacionadas, sendo a amostra dividida em duas partes, onde o valor da mediana terá o percentil representado por 50% abaixo dela e 50% acima respectivamente. Vale ressaltar que todos os valores estão *per capita* apresentados.

**Quadro 1 – Variáveis Levantadas**

Variável Dependente	Variável Independente	Hipótese de Correlação/Esperada	Justificativa
<p>Migração (Variável dicotômica, em que é verificado se houve ou não migração no município <math>i</math> no ano <math>t</math>; sendo 1 quando positivo e 0 quando negativo)</p>	Receitas Próprias	H <sub>1</sub> [-]	À medida que o município tem uma arrecadação maior, com mais impostos, taxas, contribuição de melhoria, entre outros, menor tende a ser seu nível de migração.
	Transferências Correntes	H <sub>2</sub> [-]	Quanto mais recursos de transferências Intergovenamentais o município adquirir, menor a possibilidade de redução dos habitantes de cada município.
	Gastos de Custeio	H <sub>3</sub> [-]	A medida o que os gastos com pessoal são possivelmente bem distribuídos, menor a tendência de deslocamento dos habitantes locais.
	Gastos de Investimentos	H <sub>4</sub> [-]	Gastos com investimentos influenciam consideravelmente no desenvolvimento migratório.
	Gastos na Área de Saúde	H <sub>5</sub> [-]	Gastos com Saúde influenciam diretamente na conquista do migrante e garante a permanência dos residentes.
	Gastos na Área de Trabalho	H <sub>6</sub> [-]	Sem disponibilidade de trabalho não há produção nem desenvolvimento
	Gastos na Área de Educação	H <sub>7</sub> [-]	A educação é um gasto mais bem aplicado na vida do indivíduo. Se o município investe na educação, famílias não precisarão se deslocar em busca de qualificação.
	Gastos na Área de Urbanismo	H <sub>8</sub> [-]	É preciso investir mais, para que facilitem a introdução de novos comércios, indústria e infraestrutura para recebimento e estabilidade dos migrantes.
	Gastos na Área de Habitação	H <sub>9</sub> [-]	Todo ser humano necessita de uma habitação digna Se o município oferece facilidade habitacional, garante a estabilidade de moradia.
	Gastos na Área de Saneamento	H <sub>10</sub> [-]	O saneamento básico é imprescindível, o gestor precisa garantir bons serviços de saneamento das vias.
	Gastos na Área de Agricultura	H <sub>11</sub> [-]	É preciso investir mais na agricultura, pois é através da mesma que vem o principal sustento do indivíduo.
	Gastos na Área Indústria	H <sub>12</sub> [-]	O incentivo a indústria facilita a introdução de novos comércios, e consequentemente a estabilidade dos migrantes.
	Gastos Na Área Comércio e Serviços	H <sub>13</sub> [-]	Melhor incentivo e acompanhamento, nessa área facilita também a introdução de novos comércios, indústria e consequentemente a estabilidade dos migrantes.
	Gastos na Área Cultura e Turismo	H <sub>14</sub> [-]	Investir mais, na área de Cultura e Turismo. Eleva a hipótese dos visitantes serem alvos contributivos ao desempenho de futuros migrantes
	Gastos na Área de Comunicação	H <sub>15</sub> [-]	Os investimentos em comunicações facilitam em todas as áreas que precisam desse artifício para sua expansão, garantindo a permanência dos migrantes.
	Gastos na Área de Energia	H <sub>16</sub> [-]	Investimentos em energia facilitam á introdução de indústria, comércios e favorece o bem estar dos migrantes.
	Gastos na Área de Transporte	H <sub>17</sub> [-]	Qualificar os transportes investir na área, garante melhores condições a estabilidade dos migrantes.

#### 4. RESULTADOS

##### 4.1. Estatística descritiva

Na Tabela 1 apresentam-se as estatísticas descritivas dos fatores, os quais são correlacionados com a migração dos municípios observados.

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas das Variáveis Contínuas

Fatores Correlacionais	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	Percentil		
						25%	50%	75%
X1	235,68	192,14	165,24	17,14	1.164,69	122,44	192,14	295,22
X2	1.563,53	1.315,97	933,98	0,00	6.777,18	942,16	1.315,97	1.918,11
X3	1.458,90	1.249,16	1.183,65	0,00	28.522,94	872,03	1.249,16	1.759,78
X4	227,73	162,85	298,79	0,00	7.368,19	90,47	162,85	280,23
X5	793,14	305,15	3.619,51	0,00	55.507,73	184,34	305,15	498,37
X6	14,00	0,00	108,84	0,00	1.858,55	0,00	0,00	0,39
X7	799,25	357,65	2.568,79	0,00	36.422,33	224,96	357,65	619,61
X8	296,29	72,28	1.305,30	0,00	18.009,82	18,03	72,28	172,90
X9	31,39	0,00	166,27	0,00	4.364,99	0,00	0,00	16,41
X10	212,03	20,42	1.743,75	0,00	26.588,97	0,14	20,42	54,97
X11	33,20	12,33	79,93	0,00	1.261,53	2,68	12,33	29,83
X12	4,20	0,00	32,80	0,00	739,17	0,00	0,00	0,00
X13	7,77	0,00	35,80	0,00	942,16	0,00	0,00	2,83
X14	8,33	0,00	58,24	0,00	1.532,39	0,00	0,00	2,52
X15	15,85	0,00	110,01	0,00	2.327,20	0,00	0,00	0,00
X16	15,05	0,00	77,62	0,00	1.191,78	0,00	0,00	7,59
X17	123,32	45,03	275,00	0,00	3.758,18	6,38	45,03	116,42

Fonte: dados da pesquisa.

**Legenda:** x1: X1 = Receitas próprias per capita; x2: X2 = Transferências Intergovenamentais per capitas; x3: X3 = Gastos de Custeio per capitas; x4 : X4 = Gastos de Investimentos per capitas; x5: X5 = Gastos na Área de Saúde per capitas; x6 : X6 = Gastos na Área de Trabalho per capitas; x7 : X7 = Gastos na Área de Educação per capitas; x8 : X8 = Gastos na Área de Urbanismo per capitas; x9 : X9 = Gastos na Área de Habitação per capitas; x10 : X10 = Gastos na Área de Saneamento per capitas; x11 : X11 = Gastos na Área de Agricultura per capitas; x12 : X12 = Gastos na Área Indústria per capitas; x13 : X13 = Gastos Na Área Comércio e Serviços per capitas ; x14 : X14 = Gastos na Área Cultura e Turismo per capitas; x15 : X15 = Gastos na Área de Comunicação per capitas; x16 : X16 = Gastos na Área de Energia per capitas; x17 : X17 = Gastos na Área de Transporte per capitas.

O valor das receitas próprias varia entre 17,14 reais por habitante a 1.164,69 por habitante; sendo a média de receitas próprias entre os municípios de 235,68 reais por habitante, com um desvio padrão de 165,24 reais por habitantes. O valor da mediana, 192,14 reais por habitante, mostra que 50% das receitas próprias por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

Em análise ao valor correspondente a Transferências Intergovenamentais, verificou-se que esta varia entre 0,00 reais por habitante a 6.777,18 por habitante; sendo a média de Transferências Intergovenamentais entre os municípios de 1.563,53 reais por habitante, com um desvio padrão de 933,98 reais por habitantes. O valor da mediana, 1.315,97 reais por

habitante, mostra que 50% das Transferências Intergovenamentais por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

O valor correspondente aos Gastos de Custeio varia entre 0,00 reais por habitante a 28.522,94 por habitante; sendo a média de gastos com custeio entre os municípios de 1.458,90 reais por habitante, com um desvio padrão de 1.183,65 reais por habitantes. O valor da mediana, 1.249,16 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos de Custeio por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

Os dados apresentados na Tabela 1 indicam que o valor correspondente aos Gastos com Investimentos varia entre 0,00 reais por habitante a 7.368,19 por habitante; sendo a média de gastos com Investimentos entre os municípios de 227,73 reais por habitante, com um desvio padrão de 298,79 reais por habitantes. O valor da mediana, 162,85 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos com investimentos por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

O valor correspondente aos Gastos na Área de Saúde varia entre 0,00 reais por habitante a 55.507,73 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de Saúde entre os municípios de 793,14 reais por habitante, com um desvio padrão de 3.619,51 reais por habitantes. O valor da mediana, 305,15 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de Saúde por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

Em análise ao valor correspondente aos Gastos na Área de Trabalho varia entre 0,00 reais por habitante a 1.858,55 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de Trabalho entre os municípios de 14,00 reais por habitante, com um desvio padrão de 108,84 reais por habitantes. O valor da mediana, 0,00 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de Trabalho por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

Em análise ao valor correspondente aos Gastos na Área de Educação observa-se uma variação entre 0,00 reais por habitante a 36.422,33 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de Educação entre os municípios de 799,25 reais por habitante, com um desvio padrão de 1.305,30 reais por habitantes. O valor da mediana, 357,65 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de Educação por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

O valor correspondente aos Gastos na Área de Urbanismo indica uma variação entre 0,00 reais por habitante a 18.009,82 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de Urbanismo de 296,29 reais por habitante, com um desvio padrão de 2.568,79 reais por

habitantes. O valor da mediana, 72,28 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de Urbanismo por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

O valor correspondente aos Gastos na Área de Habitação varia entre 0,00 reais por habitante a 4.364,99 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de habitação entre os municípios de 31,39 reais por habitante, com um desvio padrão de 166,27 reais por habitante. O valor da mediana, 0,00 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de Habitação por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

O valor correspondente aos Gastos na Área de Saneamento varia entre 0,00 reais por habitante a 26.588,97 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de Saneamento entre os municípios de 212,03 reais por habitante, com um desvio padrão de 1.743,75 reais por habitantes. O valor da mediana, 20,42 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de Saneamento por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

O valor correspondente aos Gastos na Área de Agricultura varia entre 0,00 reais por habitante a 1.261,53 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de Agricultura entre os municípios de 33,20 reais por habitante, com um desvio padrão de 79,93 reais por habitantes. O valor da mediana, 12,33 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de Agricultura por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

O valor correspondente aos Gastos na Área de Indústria varia entre 0,00 reais por habitante a 739,17 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de Indústria entre os municípios de 4,20 reais por habitante, com um desvio padrão de 32,80 reais por habitantes. O valor da mediana, 0,00 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de Indústria por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

Na Tabela 1 o valor correspondente aos Gastos na Área de Comercio e Serviços variam entre 0,00 reais por habitante a 942,16 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de Comercio e Serviços entre os municípios de 7,77 reais por habitante, com um desvio padrão de 35,80 reais por habitantes. O valor da mediana, 0,00 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de Comercio e Serviços por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

O valor correspondente aos Gastos na Área de Cultura e Turismo varia entre 0,00 reais por habitante a 1.532,39 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de Cultura e Turismo entre os municípios de 8,33 reais por habitante, com um desvio padrão de 58,24 reais por habitantes. O valor da mediana, 0,00 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de Cultura e Turismo por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

O valor correspondente aos Gastos na Área de Comunicação varia entre 0,00 reais por habitante a 2.327,20 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de Comunicação entre os municípios de 15,85 reais por habitante, com um desvio padrão de 110,01 reais por habitantes. O valor da mediana, 0,00 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de Comunicação por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

O valor correspondente aos Gastos na Área de Energia varia entre 0,00 reais por habitante a 1.191,78 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de Energia entre os municípios de 15,05 reais por habitante, com um desvio padrão de 77,62 reais por habitantes. O valor da mediana, 0,00 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de Energia por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

Na última variável apresentada na Tabela 1, verifica-se que os valores correspondentes aos Gastos na Área de Transportes também variam entre 0,00 reais por habitante a 3.758,18 por habitante; sendo a média de Gastos na Área de Transporte entre os municípios de 123,32 reais por habitante, com um desvio padrão de 275,00 reais por habitantes. O valor da mediana, 45,03 reais por habitante, mostra que 50% dos Gastos na Área de transporte por habitante dos municípios ao longo do período, estão abaixo deste valor, e 50% acima do mesmo.

De maneira geral, percebe-se que entre os 111 municípios analisados os gastos observados nesta pesquisa variam significativamente, diferindo de município para município. Enquanto alguns municípios realizam mais investimentos em todos os gastos investigados, outros não o fazem, o que pode explicar o baixo índice de desenvolvimento de determinados locais. A realização de investimentos pode favorecer o desenvolvimento local, criando oportunidades de emprego e renda, bem como criando condições que oportunizem melhor bem estar social.

Tais fatores também tendem a influenciar os fluxos migratórios, uma vez que a falta de políticas de investimentos pode acarretar na desocupação territorial, o que pode gerar um

desequilíbrio econômico que pode afetar o desenvolvimento local, visto que os indivíduos buscam retorno líquido favorável e melhor qualidade de vida (TAVARES, 2001; SILVA, 2001; NUNES, 2008; BRAGA; SANTOS, 2010).

#### 4.2. CORRELAÇÕES

Para observação e análise dos dados em estudo, estimou-se a matriz de correlação das variáveis, representadas pela Tabela 2. Considerando a verificação da correlação das variáveis com o nível de significância do coeficiente, onde o resultado de X e Y estão estatisticamente relacionados quando “p” menor que 1% ou menor que 5%, assim simbolizado:  $r_{xy} = p < .01$  ou  $r_{xy} = p < .05$ , devendo ser desconsiderado quando o resultado de X e Y for superior á 5%, simbolizado por:  $r_{xy} = p > .05$ .

Na Tabela 2, percebe-se que inicialmente a migração de modo estatisticamente significativo está correlacionada negativamente com as receitas próprias de 5% ( $r_{xy} = -.154$ ;  $p < .05$ ). Este resultado sugere, à medida que o município consegue gerar internamente mais recursos próprios (i.e., arrecadando mais impostos, taxas, contribuição de melhoria, entre outros), menor tende a ser seu nível de migração; ou seja, quanto mais receitas próprias o município tiver menor tende a ser à saída de seus habitantes para outro local, o que sugere que a hipótese  $H_1$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis não pode ser rejeitada a um nível de significância estatística de 5%.

Na sequência da análise da Tabela 2, percebe-se que as Transferências Intergovenamentais e a migração também estão correlacionadas negativamente a um nível de significância de 5% ( $r_{xy} = -.131$ ;  $p < .05$ ). Tal correlação sugere, à média que o governo municipal recebe mais recursos de governos superiores, união e estados, ou até mesmo de terceiros (i.e., recebendo mais recursos de entidades públicas ou privadas, entre outros) o índice de migração tende a diminuir na mesma proporção. Dessa forma a hipótese  $H_2$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis não pode ser rejeitada a um nível de 5%.

Conforme os resultados apresentados na Tabela 2, também percebe-se que a migração de modo estatisticamente significativo está negativamente correlacionada com os Gastos de Custeio, atingindo há um nível de significância de 5% ( $r_{xy} = -.132$ ;  $p < .05$ ). Este resultado sugere, à medida que os municípios realizam investimentos em gastos com pessoal, na adaptação de bens e imóveis (i.e., Investindo mais em qualificação de funcionários, serviços de terceiros, entre outros), menor tende a ser seu nível de migração; ou seja, quanto mais investimentos em gastos com custeio o município tiver, menor tende a ser à saída de seus habitantes para outro local. Estes resultados corroboram para a confirmação da hipótese  $H_3$ ,

que verifica a correlação entre essas duas variáveis, a qual não pode ser rejeitada a um nível de significância de 5%.

Os Gastos de Investimentos apresentados na Tabela 2 indicam que a migração, de modo estatisticamente significativo, está correlacionada negativamente a esta variável, há um nível de significância em 5% ( $r_{xy} = -087$ ;  $p < .05$ ). Esta correlação sugere à média que o município investir mais em educação, saúde, comércio, serviços entre outros, menor tende a ser seu nível de migração; ou seja, quanto mais receitas de capital o município tiver menor tende a ser à migração de seus habitantes. Assim sendo, a hipótese  $H_4$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis não pode ser rejeitada a um nível de 5%.

Como se observa na Tabela 2, os Gastos na área de Saúde e a migração também encontram-se estatisticamente correlacionados negativamente com um nível de significância em 5% ( $r_{xy} = -.117$ ;  $p < .05$ ). Dessa forma subtende-se que este resultado sugere à média que o município empenhar mais investimentos na área da saúde, em qualidade de vida, prevenção de doenças, qualificação das instalações de pronto atendimento, entre outros, proporcionalmente tende a diminuir a evasão populacional de uma localidade municipal para outra. Portanto, a hipótese  $H_5$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis não pode ser rejeitada a um nível de 5%.

Dentre os dados estatísticos em análise, percebe-se que os Gastos na área de Trabalho também estão correlacionados negativamente com a migração, atingindo á um nível de significância de 5% ( $r_{xy} = -.075$ ;  $p < .05$ ). Tal correlação sugere, à medida que o município desprender de mais investimentos em produção, melhor distribuição de renda per capita, menos desigualdade socioeconômico haverá entre os indivíduos, e, por consequência, proporcionalmente tende-se a diminuir a saída dos habitantes locais para outras localidades. Dessa forma a hipótese  $H_6$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis também não pode ser rejeitada a um nível de significância estatística de 5%.

Situação semelhante também acontece com a correlação entre os Gastos na área de Educação e a Migração. Percebe-se estatisticamente que as variáveis X e Y estão correlacionadas negativamente com uma significância 5% ( $r_{xy} = -.105$ ;  $p < .05$ ). Este resultado sugere que à medida que o município empenhar mais investimentos na área de Educação-x (com escolas qualificadas e fisicamente bem equipadas, professores capacitados e bem remunerados), menor tende a ser seu nível de Migração-y dos seus habitantes de origem para outras localidades. Com efeito, a hipótese  $H_7$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis não pode ser rejeitada a um nível de 5%.

Tabela 2 – Matriz de Correlação de *Kendall* (N = 1.110)

$r_{xy}$	Y	X1	X2	X3	X4	X5	X6	X7	X8	X9	X10	X11	X12	X13	X14	X15	X16	X17
Y	1.000	-.154**	-.131**	-.132**	-.087**	-.117**	-.075**	-.105**	-.104**	.067*	-.039	-.068**	-.027	-.061*	.029	-.038	-.034	.022
X1		1.000	.284**	.331**	.140**	.189**	.036	.112**	.127**	-.079*	.126**	.083**	.120**	.123**	.038	.192**	.018	-.044*
X2			1.000	.824**	.303**	.576**	.178**	.558**	.286**	-.033	.211**	.255**	.022	.027	-.051*	.145**	.071**	.140**
X3				1.000	.319**	.588**	.166**	.552**	.280**	-.050*	.225**	.251**	.034	.048*	-.040	.166**	.066**	.134**
X4					1.000	.221**	.049*	.253**	.213**	.101**	.124**	.132**	.027	-.043	-.051*	-.032	.093**	.181**
X5						1.000	.159**	.715**	.406**	.009	.260**	.317**	.137**	.143**	.036	.138**	.096**	.197**
X6							1.000	.128**	.096**	.023	.010	.064**	.061*	.073**	.011	.074**	.107**	-.059*
X7								1.000	.377**	.039	.247**	.353**	.109**	.066**	-.003	.089**	.099**	.253**
X8									1.000	.060**	.146**	.248**	.180**	.123**	.076**	.058*	.057**	.113**
X9										1.000	.016	-.030	.069**	.012	.120**	-.073**	.082**	.088**
X10											1.000	.164**	.077**	.084**	.055*	.050*	.051*	.120**
X11												1.000	.084**	.060**	-.013	.099**	.000	.172**
X12													1.000	.193**	.135**	.025	.047	.092**
X13														1.000	.658**	.057*	.049*	.082**
X14															1.000	.002	.023	.072**
X15																1.000	-.030	-.205**
X16																	1.000	.105**
X17																		1.000

Legenda: Y = Migração; X1: Receitas próprias per capita; X2 ; Transferências Intergovenamentais per capitas; ; X3 = Gastos de Custeio per capitas; ; X4 ;Gastos de Investimentos per capitas; X5 ;Gastos na Área de Saúde per capitas; X6 ; Gastos na Área de Trabalho per capitas; X7 ; Gastos na Área de Educação per capitas; X8 ; Gastos na Área de Urbanismo per capitas; X9 ; Gastos na Área de Habitação per capitas; X10 ; Gastos na Área de Saneamento per capitas; X11 ; Gastos na Área de Agricultura per capitas; X12 ; Gastos na Área Indústria per capitas; X13 ; Gastos Na Área Comércio e Serviços per capitas ; : X14 ; Gastos na Área Cultura e Turismo per capitas; X15 : Gastos na Área de Comunicação per capitas; X16 : Gastos na Área de Energia per capitas; X17 : Gastos na Área de Transporte per capitas.

\*Correlacionado a um nível de significância de 1% ( $p < .01$ ).

\*\*Correlacionado a um nível de significância de 5% ( $p < .05$ ).

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 2, percebe-se que o Gasto na área de Urbanismo também está estatisticamente correlacionado com a migração de forma negativa, com um nível de significância de 5% ( $r_{xy} = -.104$ ;  $p < .05$ ), sugerindo que à medida que o gestor municipal intermediar e aplicar recursos no desenvolvimento urbano (ampliando ruas comércios entre outros), o nível de migração tende a diminuir proporcionalmente. Em suma, a hipótese  $H_8$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis não pode ser rejeitada a um nível de 5%.

Em contrapartida, no que se refere aos Gastos na área de Habitação, verificou-se que estes encontram-se associados positivamente com a migração interna no Estado do Mato Grosso. Neste caso, pede-se dizer que existe uma correlação moderada de forma positiva nos Gastos na área de Habitação e a migração, atingindo a um nível de significância de 1% ( $r_{xy} = .067$ ;  $p < .01$ ). Tal correlação sugere que à medida que o município aumenta os gastos com habitação, aumenta proporcionalmente à saída de seus habitantes para outras localidades ou regiões, o que difere dos achados de outros estudos. Tais resultados indicam a rejeição da hipótese  $H_9$  elaborada para a pesquisa, os quais são suportados na análise estatística a um nível de significância de 1%. Tais evidências estimulam a realização de novos estudos, a fim de que se possa compreender melhor a influência entre tais relacionamentos.

Observa-se também na Tabela 2 que não existe correlação estatisticamente significativa com os Gastos na área de Saneamento e a migração no período analisado. Apesar de não poder ser desconsiderada na hipótese a influência de tais gastos sobre a migração, os resultados encontrados na pesquisa sugerem a rejeição da hipótese investigada, com um nível de  $p > 5\%$  ( $r_{xy} = -.39$ ;  $p > .5$ ), o que estimula a realização de novos estudos, uma vez que a literatura sugere tais relacionamentos, os quais não foram confirmados nesta pesquisa. Este resultado subentende que mesmo havendo mais investimentos na área de saneamento (*i.e.*, os serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem, entre outros), ou seja, por mais que o município aumente os gastos na área de saneamento, não se pode afirmar matematicamente que estes gastos podem influenciar a retenção ou saída dos habitantes desta região neste período. Em suma a hipótese  $H_{10}$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis deve ser rejeitada a um nível de  $p > 5\%$ .

Os Gastos na área de Agricultura e a migração estão correlacionados negativamente a um nível de significância de 5% ( $r_{xy} = -.68$ ;  $p < .05$ ). Esta correlação sugere, à medida que o município investir mais recursos na área de agricultura, menor tende a ser à saída de seus habitantes para outro local. Visto que a agricultura mantém a economia do País em tempos

difíceis e tem forte representatividade em alguns municípios, proporcionalmente esta contribui para redução do seu nível de migração. Portanto, a hipótese  $H_{11}$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis não pode ser rejeitada a um nível de 5%.

Em relação aos Gastos na área de Indústria e a migração, verificou-se que nesta região, no período analisado, não existe uma correlação estatisticamente significativa entre estas variáveis ( $p > 5\%$   $r_{xy} = -.27$ ;  $p > .05$ ). Este resultado sugere que esse tipo de investimento não é considerado como fator de influência quanto ao seu nível de migração interna nesta região. Logo, apesar de em outros centros este ser um fator de retenção da população em determinada localidade, neste Estado parece que tal influência não ocorreu neste período. Desta forma, a hipótese  $H_{12}$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis deve ser rejeitada a um nível de  $p > 5\%$ .

Os Gastos na área de Comércio e serviços e a migração, destacados na Tabela 2, evidenciam uma relação negativa, estatisticamente significativa entre estas variáveis, a um nível de significância de 1% ( $r_{xy} = -.061$ ;  $p < .01$ ). Este resultado sugere, à medida que o município deve conseguir por intermédio de recursos financeiros ou verba repassada pela união (*i.e.*, acumulando mais recursos de entidades públicas ou privadas, entre outros), menor tende a ser seu nível de migração; ou seja, quanto mais investimentos na introdução de novos comércios e serviços o município tiver, menor tende a ser a saída de seus habitantes para outro local. Assim, a hipótese  $H_{13}$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis não pode ser rejeitada a um nível de 1%.

No que se refere aos Gastos na área de Cultura e Turismo e sua relação com a migração, observa-se que estes não estão estatisticamente correlacionados a um nível de significância  $p > 5\%$  ( $r_{xy} = .029$ ;  $p > .05$ ). Este resultado sugere que mesmo havendo investimentos nesta área, não verificou-se significância estatística que comprove a sua influência no processo migratório (*i.e.*, aplicando mais recursos no setor de cultura e turismo, entre outros), ou seja, não haverá alteração quanto ao nível de migração dos municípios nesta região, por conta de tais investimentos. Dessa forma a hipótese  $H_{14}$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis deve ser rejeitada a um nível de  $p > 5\%$ .

Os Gastos na área de Comunicação e a migração também não estão estatisticamente correlacionados de modo significativo ( $p > 5\%$   $r_{xy} = -.038$ ;  $p > 0.5$ ). Estes resultados sugerem que o fato de o município conseguir por intermédio de investimentos na área de comunicação mais investimentos em publicidade, tecnologia, entre outros, tais gastos não necessariamente serão considerados como fator de influência quanto ao seu nível de migração interna. Assim,

a hipótese  $H_{15}$  que verifica a correlação entre essas duas variáveis deve ser rejeitada a um nível de  $p > 5\%$ .

Como pode-se verificar na Tabela 2, os Gastos na área de Energia e a migração não apresentaram-se estatisticamente correlacionados entre os municípios pesquisados no período analisado, podendo ser desconsiderada tal relação a um nível de significância em  $p > 5\%$  ( $r_{xy} = -0,34$ ;  $p > .05$ ). Estes resultados indicam que não há comprovação da influência deste fator quanto ao nível de migração na região estudada. A relação esperada indicava que quando o município conseguisse investir em abastecimento de energia (*i.e.*, com assistência técnica qualificado, equipamento inovadores etc.), menor seria a migração para outros municípios. Contudo, estes resultados não permitem concluir sobre tais relacionamentos, o que estimula a realização de novos estudos. Desta forma, no que se refere a hipótese  $H_{16}$ , verifica-se que a correlação entre essas duas variáveis deve ser rejeitada a um nível de  $p > 5\%$ .

Na última variável investigada na pesquisa, observa-se a partir dos resultados apresentados na Tabela 2 que os Gastos na área de Transporte e a migração também não estão estatisticamente correlacionados, uma vez que ambas as variáveis apresentaram um nível de significância positiva de  $p > 5\%$  ( $r_{xy} = 0,22$ ;  $p > .05$ ) entre tais relacionamentos. Portanto, a hipótese  $H_{17}$  elaborada para o estudo, que verifica a correlação entre essas duas variáveis, deve ser rejeitada a um nível de  $p > 5\%$ .

Os resultados encontrados revelam que nem todas as variáveis estudadas influenciam os fluxos migratórios internos no Estado do Mato Grosso, o que abre perspectivas para a realização de novos estudos. Enquanto evidências encontradas na literatura sugerem a influência de alguns gastos na retenção da população em determinadas localidades, neste estudo estes resultados não foram confirmados, o que indica que outros fatores também podem influenciar este fluxo, bem como que o comportamento dos investimentos pode influenciar de maneira diferente tais relacionamentos, considerando-se as características regionais de cada localidade.

Nesta perspectiva, o estudo dos coeficientes associados à correlação dos fatores financeiros com a migração interna apresentado na matriz de correlação de Kendall (Tabela 2) revelam que algumas variáveis da situação hipótese, a exemplo de  $H_9$  - Gastos na área de Habitação;  $H_{12}$ -Gastos na área de Indústria;  $H_{14}$ - Gastos na área de Cultura e Turismo, não se mostraram estatisticamente significativas ou correlacionados com a migração interna, contradizendo desta forma a expectativa de que todas as hipóteses mencionadas no Quadro 1 eram fatores de grande influência sobre a migração interna. Portanto, a influência destes fatores é diferente em outros ambientes. Tais evidências revelam a importância da realização

de novos estudos, que possam contribuir para o entendimento de tais relacionamentos, bem como a compreensão de fatores que favorecem ou inibem a migração interna no País, considerando as características de cada região.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve por objetivo identificar os fatores financeiros que estão correlacionados com a migração interna entre os municípios mato-grossenses no período de 2003 a 2012. Mediante o estudo proposto, foi realizada uma análise sobre a correlação das receitas próprias e as transferências de recursos de governos superiores com a migração interna no Estado do Mato Grosso, sendo também observado qual a relação de algumas despesas com investimentos financeiros em diversas áreas, a fim de se identificar a importância destas variáveis sobre a redução populacional entre os municípios mato-grossenses no decorrer do período em estudo.

Tal fato decorre sobre a hipótese de que os fatores financeiros estão correlacionados com a migração interna entre os municípios, sendo considerados como situação motivacional que associa ao desequilíbrio sócio, político e econômico de forma significativa com a redução populacional nos municípios do Estado do Mato Grosso.

Inicialmente se identificou se as receitas próprias e as transferências correntes estão correlacionadas com a migração interna entre os municípios mato-grossenses no período analisado. Verificou-se que tanto as receitas próprias quanto às transferências correntes estão correlacionadas com a migração interna. A correlação encontrada entre ambas as variáveis foi uma correlação negativa, e apesar de serem fracas, são estatisticamente significativas, sinalizando que a falta de recursos, e especialmente a falta de recursos oriundos de governos superiores, Estado e União, podem aumentar proporcionalmente a evasão dos moradores de seus municípios.

Dessa forma, sugerindo que as receitas próprias per capita tendem a deter a migração interna de um município para outro, e que as Transferências Intergovernamentais per capita podem representar um fator contributivo para o controle da redução sobre a migração populacional dos municípios mato-grossenses. O valor da mediana por habitante, para receitas próprias e para Transferências Intergovernamentais, ou seja Receitas Correntes, mostra que 50% das Receitas por habitante dos municípios ao longo do período investigado estão abaixo do valor estimado e 50% acima do mesmo. Vale ressaltar que tal explicativa não possibilitou conhecer a realidade individual de cada município, o que abre espaço para a sugestão de novos estudos em pesquisas futuras, em que estudos de casos comparativos, com um maior

detalhamento das informações, poderão possibilitar a compreensão das tendências em cada realidade, permitindo ainda a identificação de problemas específicos.

Em relação aos gastos realizados pelos municípios pesquisados, verificou-se que as despesas realizadas em gastos com despesa de custeio, gastos de investimentos, gastos nas áreas de saúde, trabalho, educação, urbanismo, agricultura, e comércio e serviços, estão correlacionados com a migração interna. A correlação encontrada entre ambas as variáveis foi uma correlação negativa, e, apesar de serem fracas, são estatisticamente significativas, sinalizando que a falta de investimentos sobre os gastos citados, podem aumentar proporcionalmente a evasão dos moradores de seus municípios. Em especial os de pequeno porte. Sobre este aspecto, é importante destacar a necessidade de se ofertar melhores condições de vida através da implantação de políticas públicas voltadas para o incentivo econômico das pequenas cidades, possibilitando assim, condições de absorção a mão-de-obra migrante, reduzindo conseqüentemente à evasão dos habitantes destes municípios.

Apesar de tais relacionamentos serem confirmados nesta pesquisa, dentre as demais variáveis de estudo, observou-se um caso atípico referente a relação encontrada entre gastos com Habitação e migração interna, uma vez que esta variável apresentou uma correlação estatisticamente positiva com a migração. Estes resultados sugerem que, na amostra investigada, no período objeto de estudo, o aumento dos gastos com habitação não contribuiu para a redução da saída de habitantes para outras localidades ou regiões, uma situação que requer futuros estudos a fim de compreender tal ocorrência.

Com relação aos gastos com saneamento, indústria, cultura e turismo, comunicação, energia e transporte, verificou-se que estes não estão correlacionados estatisticamente com a migração interna ocorrida na região, podendo ser desconsiderada esta relação a um nível de significância de ( $r_{xy} = p > 5\%$ ), uma vez que os maiores investimentos aplicados nessas áreas não identificaram comprovações da influência destes fatores quanto ao nível de migração interna entre os municípios mato-grossenses no decorrer deste período. Tais ocorrências, também estimulam a realização de novos estudos, a fim de se compreender melhor os resultados obtidos nesta pesquisa.

Uma possível explicação para tais resultados que indicam a não influencia das variáveis X10-Gasto na área de Saneamento; X12- Gasto na área de Indústria; X14- Gasto na área de Cultura e Turismo; X15- Gasto na área de Comunicação; X16- Gasto na área Energia e X17- Gasto na área de Transporte com a variável Y- Migração Interna, deve estar associada ao fato de o Estado do Mato Grosso ser territorialmente extenso e com muitos municípios de

baixo índice de desenvolvimento, podendo não abranger a realidade de investimentos, quando analisado a nível de média proporcional.

Conclui-se que nem todas as variáveis estudadas influenciam os fluxos migratórios internos no Estado do Mato Grosso, o que abre perspectivas para a realização de novos estudos. A intenção ao se tratar este assunto é mostrar que a migração interna não necessariamente resulta de uma ação espontânea, mas sim da influência de investimentos sócio econômicos, os quais podem impactar de maneira diferente cada região, considerando-se as características locais.

A esse respeito, sugere-se para a realização de novos estudos nessa linha de pesquisa, um maior detalhamento na investigação sobre os principais motivos que ocasionam a migração interna nos municípios do Estado do Mato Grosso, a fim de se mensurar o percentual de migração interna em cada município e avaliar se esse está relacionado aos recursos obtidos e aos gastos com investimentos. Outra oportunidade de pesquisa que emerge das evidências encontradas neste trabalho, seria investigar junto a gestores municipais a influência destas variáveis na formação de políticas públicas, bem como se promover uma avaliação das hipóteses em estudo no decorrer do período administrativo, para que se possa compreender melhor o processo de desenvolvimento populacional dos municípios pesquisados e as ações desenvolvidas pelos gestores públicos com o propósito de controlar a redução dos habitantes de sua localidade.

## **REFERÊNCIAS**

BRAGA, F. G; SANTOS, C. F. **Novos padrões da migração no Brasil: um estudo do perfil socioeconômico dos migrantes internos entre 1980 e 2000**. Londrina: Universidade de Londrina, pp. 1-42, 2008.

CUNHA, J. M. P. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro o caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Vol. 23, No. 1, pp. 87-107.

KLEIN, M. R., MASSUQUETTI, A., SPRICIGO, G. Migrações internas: um estudo do Município de Novo Hamburgo (RS). **Ensaio FEE**, Vol. 33, No. 2, pp. 603-632, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA L. A. P; OLIVEIRA A.T.R. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA-FILHO, A. P. **Impactos das transferências intergovernamentais no federalismo brasileiro: uma avaliação do fundo constitucional do Distrito Federal sob os aspectos de equidade.** Brasília: STN, 2009.

SILVA, A. F. Migração e crescimento urbano: uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Vol. 94, No. 74, pp. 1-12.

SIQUEIRA, E. **História de Mato Grosso.** Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

TAVARES, G. Q. **Migração Interna Populacional e Sua Participação no Desenvolvimento Regional no Final do Século XX.** Dissertação (Mestrado), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.

ZAMBERLAM, J. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização.** Porto Alegre: Pallotti, 2004.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.** Florianópolis: UFSC, 2009.